Por que as COPs ainda não conseguem frear a crise climática?



» CARLOS BOCUHY
Presidente do Proam (Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental)

Enquanto líderes se reuniam na COP31 na Turquia, o Pará decretou situação de emergência ambiental e climática por causa da estiagem severa e do risco de incêndios florestais. No Amazonas, 50 dos 62 municípios estão em situação de emergência, e a seca já atingiu mais de 161 mil famílias.

O alcance dos acordos climáticos se mede depois da conferência, quando os governos decidem quais fontes de energia financiar, quais empreendimentos licenciar, como proteger florestas e populações vulneráveis. Se um governo promete reduzir emissões e continua a subsidiar combustíveis fósseis ou a aumentar sua exploração, as promessas viram apenas engodo de saliva e papel.

Desde o Acordo de Paris, as COPs estabeleceram regras para acompanhar emissões, elevaram metas de financiamento e aprovaram a transição para longe dos combustíveis fósseis. Ainda assim, segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), mesmo que os países cumpram integralmente suas metas nacionais atuais, o mundo caminha para cerca de 2,6 °C de aquecimento neste século.

Essa responsabilidade não pode ser ignorada. Em Antália, seis dos sete chefes de Estado do G7 estiveram ausentes da cúpula de líderes. Essa ausência soma 40% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Com a ausência de Xi Jinping, da China, essa parcela chega a quase 57%.

A presença e postura dos líderes sinaliza fortemente para o mercado. De outro lado, a presença do lobby fóssil dá a medida das pressões em jogo. A coalizão Kick Big Polluters Out identificou 1.602 pessoas ligadas a esses interesses entre os credenciados da COP31.

Por que governos que conhecem as consequências do aquecimento continuam a adiar decisões? A psicologia comportamental chama de viés do presente a tendência de dar mais peso a ganhos imediatos do que às consequências futuras. Rever um subsídio tem custo político agora, mas os danos de mantê-lo se acumulam e recaem sobre as populações, principalmente as mais vulneráveis.

Uma decisão recente da Suprema Corte da Noruega mostra como as instituições podem enfrentar esse viés do presente. Em 13 de novembro, a Corte declarou inválidas as aprovações de três projetos de petróleo e gás no Mar do Norte. A avaliação havia deixado de considerar as emissões geradas pela queima dos combustíveis extraídos. O petróleo pode ser produzido num país e queimado em outro. Suas emissões afetam o mesmo sistema climático.

A percepção dessa interdependência é o que o astronauta Ron Garan descreve em *The orbital perspective*. Vista da Estação Espacial Internacional, a atmosfera é uma película tênue em torno da Terra, permitindo avaliar sua vulnerabilidade.

Do solo, podemos chegar à mesma compreensão examinando aquilo de que dependemos, em processo de transcendência ecológica: a mudança de percepção que ocorre quando reconhecemos nossas sociedades e economias como parte de um sistema vivo que continuamente transformamos.

Uma floresta pode parecer como mero estoque de madeira ou área disponível para cultivo. Mas ela regula o clima, protege o solo, participa dos ciclos da chuva dos quais dependem cidades e lavouras. Quando essas funções ficam fora da avaliação, a destruição pode parecer um bom negócio quando se ignora as condições naturais que sustentam a própria atividade econômica. A pergunta é quanto mudaria o destino dessa floresta se a segurança hídrica e a saúde de quem vive além de seus limites tivessem o devido peso na decisão.

A educação ambiental e a comunicação pública podem tornar visíveis essas relações. As instituições de Estado, os órgãos de controle e a população podem fazer com que diretrizes de sustentabilidade pesem nas decisões, da autorização de um projeto de petróleo ao planejamento do uso da terra.

As COPs devem ser julgadas quando as delegações voltam para casa. Cada vez que um governo privilegia o ganho imediato e deixa o custo climático fora da decisão, transfere para o futuro de nossas crianças a conta de sua escolha.



maurenilson

EUA, China e Rússia: diálogo entre potências não é uma virada histórica



» ROBERTO GOULART MENEZES
Professor titular do Instituto de Relações Internacionais da UnB e pesquisador do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos (Ineu/CNPq)

Após sofrer uma derrota retumbante nas eleições de meio de mandato nos Estados Unidos, Donald Trump desembarcou na China, na última quarta-feira, apostando na política externa para tentar recuperar parte do rumo do seu governo. Trump foi à China para participar da Cúpula da Apec (Cooperação Econômica Ásia -Pacífico). Sabemos que, na agenda de Trump com a China, a disputa tecnológica ocupa lugar de destaque, e a vantagem do gigante asiático está crescendo em áreas como veículos elétricos. Assim, não estamos diante da definição dos contornos de uma nova ordem global, mas de uma revisão na agenda de prioridades da política externa americana, que tenta enredar a China em sua estratégia internacional.

Três elementos ajudam a entender o encontro em Shenzhen. O primeiro é que as agendas levadas por cada líder não convergem. O segundo é a condição em que cada um chega à mesa. No caso de Trump, sabemos que um governante em apuros no plano doméstico, sobretudo nos Estados Unidos, costuma buscar na política externa o espaço de autonomia que lhe falta em casa. Não surpreende, portanto, que tente construir uma agenda positiva a partir do cenário internacional. O terceiro elemento é o lugar do encontro — não é a primeira vez que Trump e Xi se encontram, e a ida de Trump à China dá outro peso à conversa. Ao ser recebido em solo chinês, Washington reconhece a China como um ator indispensável, um país capaz de manter diálogo aberto sem descuidar dos seus interesses concretos, como o crescente controle sobre o Mar do Sul da China, e evitar a interferência externa em Taiwan.

Isso não significa que uma nova ordem esteja se desenhando. Ordens internacionais são processos, não eventos. O que se vê é a China subindo mais alguns degraus rumo à condição de potência global. Para Trump, a disputa crucial é pela hegemonia, e, nessa dimensão, a Rússia simplesmente não aparece.

A lógica das esferas de influência parece ter orientado o encontro dos três líderes nesse encontro. A Rússia busca consolidar, com a anuência tanto da China como dos EUA, a sua presença na região do Mar de Azov. Moscou depende hoje cada vez mais do comércio com a China (cerca de 95%). Ela tem resistido, aos trancos e barrancos, à guerra, à exclusão do sistema SWIFT e ao bloqueio de seus ativos financeiros no exterior. Não é pouca coisa. As sanções não produziram os efeitos esperados pelos EUA e seus aliados europeus.

Acontece que a Rússia dispõe de bens que o mundo demanda — grãos, fertilizantes, petróleo e gás —, e não pode ser ignorada por completo. Washington, aliás, sempre soube ignorar ou acomodar quando lhe convém. Já a China afirmaria sua influência sobre Taiwan, e os Estados Unidos, sem a Guerra da Ucrânia, estariam livres do seu custo e poderiam redirecionar esses recursos para a competição tecnológica com os chineses. Trump já admitiu que o conflito com o Irã pesou na sua derrota e do seu partido nas recentes eleições.

Se as consequências práticas imediatas são modestas, o encontro tem um mérito: mostra que há espaço para o diálogo de alto nível. O fato é que o documento divulgado ao final demonstra que Trump não conseguiu arrancar do líder chinês o compromisso com a redução das armas nucleares, embora tenha discorrido sobre a necessidade de um novo acordo nessa área — e com a inclusão da China. Porém, Pequim está em busca da sua milésima ogiva nuclear até 2030.

Há quem veja na reunião um escanteio do resto do mundo, com as grandes potências decidindo sozinhas os destinos do planeta e, portanto, um golpe no multilateralismo. A crítica tem fundamento parcial. A guerra na Ucrânia está prestes a completar cinco anos sem qualquer participação efetiva da ONU. Esse conflito foi discutido sobretudo no âmbito da Otan, entre os Estados Unidos e seus aliados. A Rússia violou o território ucraniano e, por mais que seus argumentos contra a expansão da Otan com a possível inclusão da Ucrânia nela, nada justificava a decisão tomada por Moscou. Outro golpe duro contra o multilateralismo adveio quando Estados Unidos e Israel atacaram o Irã, colocando em risco a segurança regional e internacional.

O encontro entre Xi Jinping, Trump e Putin não é, portanto, uma virada histórica. Encontrar-se não significa concordar, e as divergências permanecem. Mas ele sinaliza ao mundo, mesmo com todas as contradições em relação ao multilateralismo, que o diálogo entre as grandes potências foi restabelecido e que os Estados Unidos aceitaram voltar a conversar com Putin. Em tempos de guerra na Ucrânia e no Irã, isso não é pouco.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960
Circe Cunha // *circecunha.df@dabr.com.br*

Em 2027, a credibilidade pode perder espaço para a renovação e improviso

Não por acaso, o calendário econômico brasileiro tem uma data que virou ponto de referência para analistas, empresários e famílias: 2027. O Boletim Focus de 16 de novembro mostrou o mercado elevando, pela quinta semana seguida, a projeção de inflação para o próximo ano, hoje em 5%, meio ponto acima do teto da meta. No mesmo documento, a previsão de crescimento do PIB caiu para cerca de 1% e a Selic de fim de 2027 subiu para 12,75%. São números de um país que entra em um novo ciclo político sem folga alguma: juros altos, inflação fora do intervalo e atividade em desaceleração.

Raiz do problema

A dívida pública está em torno de 83% do PIB, e projeções privadas indicam que pode chegar a 90% nos próximos dois anos e a 100% em 2029, se não houver correção de rumo. Com um dos juros reais mais altos do mundo, cada ponto de Selic encarece o estoque da dívida e realimenta a desconfiança que mantém os juros elevados. É o que os economistas chamam de risco de dominância fiscal: a situação em que a política monetária perde eficácia diante da pressão das contas públicas. Mansueto Almeida resume o dilema ao descrever 2027 como um cenário quase binário, que pode ser muito ruim ou muito bom, conforme o governo sinalize com credibilidade que vai desacelerar o crescimento do gasto.

O pacote fiscal recente ajuda a fechar o Orçamento de 2027, mas não convenceu a maioria dos especialistas de que altere a trajetória da dívida. Alguns o veem como avanço, por reforçar a meta de superavit primário; outros o comparam a doses homeopáticas de gasolina diante de um incêndio. Há razoável convergência sobre o tamanho do desafio, já que diversas instituições falam em um esforço de 3% a 4% do PIB para estabilizar a dívida. Parte dos economistas defende que o ajuste recaia sobre despesas obrigatórias e mecanismos de indexação; outros lembram os limites sociais e políticos dessa via e apontam a qualidade do gasto, os benefícios tributários e a eficiência da arrecadação como parte da resposta. A escolha entre cortar despesas, rever incentivos e elevar receitas é uma decisão política legítima, que cabe ao Congresso e ao debate democrático, e que a sociedade tem o direito de acompanhar com transparência.

Como chega ao Brasil?

Por ao menos três canais. O primeiro são os juros americanos: como lembra Gopinath, a dívida dos Estados Unidos define o piso dos juros globais, o que encarece o capital para emergentes e pressiona o câmbio. O segundo é o petróleo, de efeito ambíguo, pois o país exporta óleo cru, mas importa parte do diesel que consome; e um barril muito caro alimenta a inflação e reduz a margem do Banco Central para cortar a Selic. O terceiro é a demanda chinesa, da qual dependem o agronegócio e a mineração. Em todos os casos, a vulnerabilidade brasileira é amplificada pela fragilidade fiscal: um país com dívida alta e juros altos tem pouca capacidade de absorver choques de fora. O mundo pode ser a faísca; as contas públicas são o combustível.

O que fazer? As recomendações dos economistas ouvidos, de matizes diversos, convergem em alguns pontos. O novo governo deve preservar a autonomia do BC, já que tentativas de reduzir juros por decreto tendem a elevar inflação e prêmios de risco. E deve proteger o gasto social eficiente e o investimento, que são o que o ajuste não pode sacrificar. Às famílias e às empresas, resta a prudência: crédito caro e renda sob pressão recomendam cautela com o endividamento.

Leitura acurada

Há, por fim, indicadores que merecerão atenção ao longo de 2027 e que ajudarão a separar o alarmismo da realidade. O primeiro é a inflação: se o IPCA permanecer perto de 5%, a margem do BC para reduzir juros será curta, qualquer que seja o governo. O segundo é a trajetória da dívida bruta, e se a barreira dos 85% do PIB será superada ainda no próximo ano. O terceiro é o comportamento do câmbio, termômetro imediato da confiança dos investidores. O quarto é o mercado de trabalho, hoje próximo do pleno emprego, que tem sustentado o consumo e que, se perder força, indicará que o aperto monetário começou a morder de fato.

Mansueto Almeida lembra que, entre 2016 e 2019, a Selic passou de 14,25% para 4,5% depois de uma agenda de ajuste fiscal. O precedente não garante repetição, pois o contexto mundial e político é outro, mas mostra que o caminho existe. O Brasil enfrenta, portanto, uma rara espécie de crise: a que ainda pode ser evitada. Para isso, será preciso trocar o improviso pela estratégia, e o curto prazo pela credibilidade. O custo da hesitação, como mostram os números, já está sendo cobrado em juros, em câmbio e em crescimento perdido. O problema maior — e talvez mais urgente — seria o de desatrelar a economia, que interessa diretamente a nação, da esquizofrenia política e paranoia ideológica que hoje dominam, de forma farsesca e deletéria, o cenário nacional.

A frase que foi pronunciada

"Não estamos falando de um ajuste de choque. No Brasil, o que importa é desacelerar o crescimento do gasto"
Mansueto Almeida

História de Brasília

Amanhã, antes das vinte horas, estaremos na TV-Brasília comentando os últimos acontecimentos. Até lá.
(Publicada em 27/5/1962)